

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL

Um jogo político

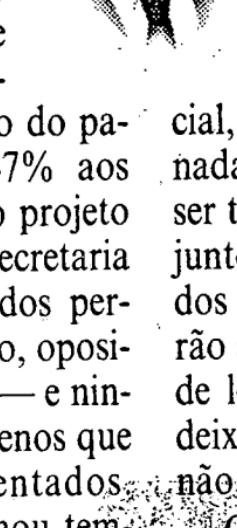
no qual todos perdem

Ninguém ganhou nada com o adiamento para a próxima semana da votação do decreto legislativo que revoga o decreto do governo sobre transferência para o próximo ano do pagamento dos 147% aos aposentados e do projeto de lei criando a Secretaria de Governo. Todos perderam — governo, oposição e Congresso — e ninguém ganhou, menos que todos, os aposentados. Leio que se ganhou tempo. Na verdade, perdeu-se tempo também.

A perda do governo é óbvia. Suas lideranças não conseguem aprovar a criação, decidida pelo presidente, da Secretaria de Governo. Jorge Bornhausen, que não quis assumir ministério gerado por medida provisória para evitar ter como primeira missão pedir votos para si mesmo, continua sem poder trabalhar. Na sua retaguarda, enquanto não assume suas funções, já lhe impuseram um cor- religionário e um problema — a filiação de Sílvio Santos ao PFL para candidatar-se à prefeitura de São Paulo. Isso deve facilitar a vida de alguém, mas certamente dificulta as relações do governo federal com o governador de São Paulo e com o PDS de Maluf, ambos prejudicados pela jogada eleitoral destinada a confundir.

Continua assim a diluir-se previamente o prestígio político que deveria cercar a escolha de Bornhausen para restaurar a antiga Casa Civil, principal instrumento político da Presidência da República, suprimida por um erro de avaliação dos que fizeram a reforma administrativa de 1990. Se o PMDB continuar a ganhar tempo, como é sua intenção, o futuro ministro-secretário poderá ver-se na contingência de deixar de ser antes de ser, demitindo-se de um cargo que sequer se conseguiu criar.

Mas o PMDB também perdeu. Pelo menos ganhou tempo. Ganhou tempo contra o governo e ganhou mais alguns dias de ansiosa expectativa



dos aposentados, aos quais está vendendo a ilusão de que irão assegurar logo o pagamento dos 147%. Os líderes do PMDB sabem que, revogando o decreto presiden-

cial, não estão garantindo nada. A luta continuará a ser travada no Judiciário, junto ao qual os advogados da União continuaram a invocar dispositivos de lei que lhes permitem deixar de pagar quando não houver dinheiro.

Os aposentados são a grande vítima desse jogo de ilusões políticas, cuja matéria-prima é a crença em que se acham. Eles continuam a perder e agora perdem também confiança e esperança, das quais abusam os appetites políticos e eleitorais. Mas eles estão dando aos ativos uma lição de persistência, de capacidade de mobilização e de luta na defesa do que entendem ser seu direito.

Com tudo isso perde também a Câmara dos Deputados, logo o Congresso, e por extensão as instituições democráticas. A Câmara persiste em evidenciar, semana após semana, que só se reúne para votar uma vez em cada sete dias. Perdida a oportunidade de decidir numa quarta-feira, deve-se esperar a quarta-feira seguinte para que se renove a possibilidade de reunirem na sede do Poder Legislativo deputados em número suficiente para votar qualquer matéria.

Note-se que, aprovado o regime de urgência para ambos os projetos, o natural seria que se passasse logo à votação, tanto mais que a maioria absoluta de votos era exigível apenas para a urgência, não mais para os dois projetos, que poderão ser adotados por maioria simples, desde que presentes metade mais um dos deputados. Mas eles preferiram rolar a decidir. Nada deve ser feito ali com presteza e é sempre bom deixar alguns dias de margem para a hipótese de um acordo. No fundo, o ideal seria não votar nada e combinar tudo.

Lúcio Costa na cidade que inventou

Depois de assistir em Brasília à inauguração do Espaço Lúcio Costa, o urbanista autor do Plano Piloto da capital mandou o seguinte bilhete ao ex-governador da cidade:

“Gov. José Aparecido,

Mais uma vez obrigado por ter dado corpo tão bem à iniciativa do Oscar. Assim, quando já estiver farto de estar morto, continuarei vivo na praça que chamei dos Três Poderes nesta cidade que inventei. a) Lúcio Costa.

Prefeito, não

O apresentador de televisão Hélio Costa não quer ser candidato a prefeito de Belo Horizonte. Aos seus amigos disse que se reserva para disputar novamente em 1994 o lugar de governador.

Carlos Castello Branco